

Nas questões a seguir, marque, para cada uma, a única opção correta, de acordo com o respectivo comando. Para as devidas marcações, use a **folha de respostas**, único documento válido para a correção da sua prova.

PROVA OBJETIVA

CONHECIMENTOS BÁSICOS

Texto para as questões de 1 a 6.

Instruções para dar corda no relógio

Lá no fundo está a morte, mas não tenha medo. Segure o relógio com uma mão, pegue com dois dedos o pino da corda, puxe-o suavemente. Agora se abre outro prazo, as árvores soltam suas folhas, os barcos correm regata, o tempo como um leque vai se enchendo de si mesmo e dele brotam o ar, as brisas da terra, a sombra de uma mulher, o perfume do pão.

Que mais quer, que mais quer? Amarre-o depressa a seu pulso, deixe-o bater em liberdade, imite-o anelante. O medo enferruja as âncoras, cada coisa que pôde ser alcançada e foi esquecida começa a corroer as veias do relógio, gangrenando o frio sangue de seus pequenos rubis. E lá no fundo está a morte se não corremos, e chegamos antes e compreendemos que já não tem importância.

CORTÁZAR, Júlio. **Histórias de Cronópios e de famas**. São Paulo: Editora Civilização Brasileira, 1994, p. 33-34 (com adaptações).

QUESTÃO 1

No trecho “Segure o relógio com uma mão”, o sujeito da forma verbal está

- (A) explícito e anteposto ao verbo.
- (B) oculto.
- (C) indeterminado.
- (D) com dois núcleos explícitos, facilmente identificáveis.
- (E) implícito, identificável pela flexão do verbo.

QUESTÃO 2

“e dele brotam o ar, as brisas da terra, a sombra de uma mulher, o perfume do pão.”

Nesse trecho do texto, predomina a figura de linguagem denominada

- (A) anacoluto, pois há certa descontinuidade na ideia da frase.
- (B) sinestesia, pois as palavras aguçam os sentidos.
- (C) quiasmo, pois há uma espécie de gradação que vai e vem.
- (D) disfemismo, pois a escolha das palavras é dura, insensível.
- (E) catacrese, pois foi empregada uma metáfora cujo valor original já se perdeu.

QUESTÃO 3

No trecho “puxe-o suavemente”, o pronome “o” faz referência a

- (A) corda.
- (B) pino.
- (C) dedos.
- (D) mão.
- (E) relógio.

QUESTÃO 4

Em “Amarre-o depressa a seu pulso, deixe-o bater em liberdade, imite-o anelante”, o vocábulo “anelante” indica uma ideia contrária ao termo

- (A) desdenhoso.
- (B) desejoso.
- (C) cobiçoso.
- (D) ávido.
- (E) expectante.

QUESTÃO 5

No período “e chegamos antes e compreendemos que já não tem importância”, é correto afirmar que a palavra “que”

- (A) introduz uma oração de valor adjetivo restritivo.
- (B) introduz uma oração de valor adjetivo explicativo.
- (C) introduz uma oração que é parte integrante da oração principal e possui valor de sujeito.
- (D) introduz uma oração que é parte integrante da oração principal e possui valor de objeto direto.
- (E) introduz uma oração que funciona como um adjunto da oração principal, com valor adverbial.

QUESTÃO 6



“Agora se abre outro prazo, as árvores soltam suas folhas, os barcos correm regata, o tempo como um leque vai se enchendo de si mesmo.”

As vírgulas nesse trecho foram empregadas para separar

- (A) o sujeito do verbo.
- (B) o verbo do complemento.
- (C) orações coordenadas assindéticas.
- (D) orações subordinadas adverbiais.
- (E) o aposto do resto da frase.

QUESTÃO 7



Uma empresa possui um título no valor nominal de R\$ 10.412,01, com vencimento para daqui a 3 meses. O título é descontado 2 meses antes do vencimento, à taxa de 5% ao mês, pelo sistema de desconto racional composto.

Com base nessa situação hipotética, é correto afirmar que o valor atual do título é de

- (A) R\$ 9.444.
- (B) R\$ 9.450.
- (C) R\$ 9.500.
- (D) R\$ 9.504.
- (E) R\$ 9.554.

QUESTÃO 8



Um agricultor deseja cercar um terreno retangular cuja área é de 96 m². Ele quer que o comprimento do terreno exceda a largura em 4 metros.

Com base nessa situação hipotética, é correto afirmar que a largura do terreno é de

- (A) 14 m.
- (B) 12 m.
- (C) 8 m.
- (D) 6 m.
- (E) 4 m.

QUESTÃO 9



Em uma caixa, há 4 bolas vermelhas, 3 bolas azuis e 3 bolas verdes. Duas bolas serão retiradas uma após a outra, sem reposição.

Com base nessa situação hipotética, é correto afirmar que a probabilidade de ambas as bolas retiradas serem vermelhas é de

- (A) $\frac{1}{6}$.
- (B) $\frac{2}{15}$.
- (C) $\frac{3}{20}$.
- (D) $\frac{1}{5}$.
- (E) $\frac{1}{4}$.

QUESTÃO 10



Uma loja registrou o número de produtos vendidos por dia durante 4 dias, de acordo com tabela a seguir.

DIA	PRODUTOS VENDIDOS
1	10
2	10
3	14
4	14

Com base nessa situação hipotética e nas informações apresentadas, é correto afirmar que o desvio-padrão populacional do número de produtos vendido é

- (A) 5.
- (B) 4.
- (C) 3.
- (D) 2.
- (E) 1.

QUESTÃO 11



Uma livraria aumentou o número de livros vendidos a cada mês em 50% em relação ao mês anterior. No primeiro mês, a livraria vendeu 256 livros.

Com base nessa situação hipotética, é correto afirmar que a quantidade total de livros vendidos nos 4 primeiros meses foi de

- (A) 1.476.
- (B) 1.576.
- (C) 1.780.
- (D) 1.980.
- (E) 2.080.



RASCUNHO

Nas questões que avaliem conhecimentos de informática, a menos que seja explicitamente informado o contrário, considere que: todos os programas mencionados estejam em configuração-padrão, em português; o *mouse* esteja configurado para pessoas destros; expressões como **clique**, **clique simples** e **clique duplo** referem-se a cliques com o botão esquerdo do *mouse*; e **teclar** corresponda à operação de pressionar uma tecla e, rapidamente, liberá-la, acionando-a apenas uma vez. Considere também que não haja restrições de proteção, de funcionamento e de uso em relação aos programas, arquivos, diretórios, recursos e equipamentos mencionados.

QUESTÃO 12



Um analista do CORE-SP recebeu, às 9h da manhã, uma demanda que consistia na elaboração de um relatório textual a respeito das atribuições realizadas por seu setor. Esse analista deveria finalizar essa demanda às 17h. Às 16h e 54 min, durante a revisão de seu texto, ele percebeu que havia digitado a palavra CORRE-SP em vez de CORE-SP.

Com base nessa situação hipotética, é correto afirmar que, se o analista estiver utilizando o MS Word 365 em português, ele poderá acionar o menu de substituição de palavras e substituir as ocorrências erradas da palavra por meio do atalho

- (A) + .
- (B) + .
- (C) + .
- (D) + .
- (E) + .

QUESTÃO 13



Quanto às noções básicas do Windows 10, assinale a opção correta.

- (A) No Windows 10, a captura de tela pode ser realizada pela tecla quanto pelo atalho + .
- (B) O atalho + abre uma nova janela do Explorador de Arquivos.
- (C) Usuários sem permissão de administrador não podem instalar programas no computador.
- (D) Um usuário pode alternar entre as Áreas de Trabalho por meio do atalho + / .
- (E) Por padrão, arquivos salvos na nuvem, por padrão, também ficam salvos no computador do usuário, mesmo que ele não tenha habilitado essa funcionalidade.

QUESTÃO 14



Um analista recebeu um *e-mail* de um remetente aparentemente legítimo que continha um arquivo .pdf. Ao baixar esse arquivo e abri-lo em seu computador, ele percebeu que se tratava de um *e-mail* forjado. Dias após esse incidente, esse analista recebeu uma notificação do aplicativo de seu banco de compras realizadas em seu cartão de crédito, a respeito da qual ele não tinha conhecimento e havia acontecido em uma localidade jamais visitada por ele.

Com base nessa situação hipotética, é correto afirmar que o *e-mail* recebido pelo analista é um exemplo de fraude virtual que é denominada

- (A) *phishing*.
- (B) *ransomware*.
- (C) cavalo de Troia.
- (D) *worm*.
- (E) *adware*.

QUESTÃO 15



Em inteligência artificial, modelos inspirados no funcionamento do cérebro humano, compostos de neurônios artificiais conectados em camadas e utilizados para reconhecimento de padrões complexos, como voz, imagem e texto, são denominados

- (A) visão computacional.
- (B) processamento de linguagem natural.
- (C) agente inteligente.
- (D) redes neurais artificiais.
- (E) *large language models*.



RASCUNHO

CONHECIMENTOS COMPLEMENTARES

QUESTÃO 16



Uma determinada autoridade pública, investida do cargo de secretário municipal de obras, às vésperas de inaugurar uma obra, determinou que as peças publicitárias trouxessem seu nome e uma imagem com um *slogan* político. No mesmo período, tentou nomear a nora para um cargo em comissão na secretaria e recebeu, da empresa contratada pelo órgão, uma espécie de presente, como agradecimento pelos aditivos contratuais realizados. Ao ser cobrado por um cidadão, negou acesso a informações sobre aditivos do contrato, alegando sigilo por haver dados pessoais nos documentos.

Com base nessa situação hipotética, assinale a opção correta, quanto à conduta da autoridade, à luz das normas e regras aplicáveis ao caso.

- (A) Gestores públicos podem usar recursos públicos em campanhas informativas com suas fotos e *slogans*, desde que os dados da obra sejam verdadeiros.
- (B) A nomeação da nora para um cargo em comissão, desde que ela tenha as qualificações necessárias, é autorizada pelo ordenamento jurídico, pois não viola os princípios da Administração Pública.
- (C) A conduta de negar acesso a documentos públicos pode ser considerada infração ética, mas não há infração em relação à Lei de Improbidade Administrativa.
- (D) O recebimento de brindes em situações que configurem conflito de interesses pode ensejar sanções, exceto se tiver baixo valor econômico, na forma definida pela legislação.
- (E) O acesso à informação assegura o dever de publicizar informações sobre contratos administrativos, mas não de seus aditivos.

QUESTÃO 17



Os princípios administrativos condicionam toda a atuação da Administração Pública e orientam a interpretação e a aplicação das normas, formando o chamado regime jurídico-administrativo. Considerando essa informação, assinale a opção correta, à luz das normas de regência do tema em comento.

- (A) O princípio da eficiência está relacionado apenas à gestão de recursos materiais na Administração Pública, sem qualquer conteúdo jurídico.
- (B) A Administração deve anular seus atos quando eivados de ilegalidade e pode revogá-los por conveniência e oportunidade, respeitados os direitos adquiridos.
- (C) O contraditório e a ampla defesa somente se aplicam ao processo judicial, não ao administrativo.
- (D) O princípio da impessoalidade, aplicável à Administração Pública, impede que atos praticados por seus agentes ensejem responsabilização pessoal.
- (E) A supremacia e a indisponibilidade do interesse público são princípios expressos na Constituição Federal de 1988.

QUESTÃO 18



O regime de sanções da Lei de Improbidade Administrativa, a Lei Federal nº 8.429/1992, estabeleceu parâmetros éticos e morais elevados para a atuação de agentes públicos. Considerando essa informação e as sanções do sistema de improbidade administrativa, assinale a opção correta.

- (A) O ressarcimento integral do dano é sanção obrigatória e cumulativa sempre que houver prejuízo ao erário.
- (B) Se a conduta for caracterizada como dolosa, tem-se por suficiente para caracterizar atos de improbidade administrativa que causem prejuízo ao erário e sujeitar o agente a sanções.
- (C) A indisponibilidade de bens é sanção definitiva, aplicada após o trânsito em julgado.
- (D) A suspensão dos direitos políticos pode ser aplicada por ato administrativo do chefe do Poder Executivo.
- (E) No caso de atos de menor ofensa aos bens jurídicos tutelados, a sanção limitar-se-á à advertência.

QUESTÃO 19



Dados pessoais sensíveis exigem maior atenção no tratamento, porque revelam aspectos íntimos da personalidade do indivíduo. Acerca dessa informação e com base na Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD), assinale a opção que designa corretamente dados pessoais sensíveis.

- (A) nome e sobrenome de prepostos da Administração Pública signatários de contratos administrativos
- (B) orçamentos estimados para balizar licitações públicas
- (C) dados biométricos de servidores públicos
- (D) declarações de bens apresentadas por candidatos a cargos eletivos
- (E) CPF de testemunhas em contratos administrativos

QUESTÃO 20



A Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011) e a LGPD (Lei nº 13.709/2018) estabelecem um equilíbrio essencial entre transparência pública e privacidade individual. Enquanto a LAI garante o direito fundamental de acesso às informações públicas, promovendo transparência e controle social da administração, a LGPD protege dados pessoais contra tratamento indevido, assegurando direitos fundamentais como privacidade e dignidade. Com base nessas informações, assinale a opção correta.

- (A) Pode ser exigido do cidadão explicações a respeito dos motivos determinantes para conceder informações de interesse público.
- (B) Os prazos máximos de restrição de acesso à informação classificada como secreta é de 25 anos.
- (C) A LGPD é indicativa para o setor privado e vinculante para o setor público.
- (D) As autorizações genéricas para o tratamento de dados pessoais são válidas.
- (E) A proibição total do exercício de atividades relacionadas ao tratamento de dados é sanção prevista na LGPD.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

QUESTÃO 21



“Ainda que nos documentos internacionais assumam a forma das primeiras declarações, nos ordenamentos nacionais integram as constituições, adquirindo o caráter concreto de normas jurídicas positivas constitucionais, por isso, subjetivando-se em direito particular de cada povo.” Com base na doutrina e na Constituição Federal de 1988, assinale a opção correta, a respeito dos princípios que regem as relações internacionais do Estado brasileiro.

- (A) A supremacia do interesse nacional sobre os direitos humanos é um princípio constitucional das relações internacionais do Brasil.
- (B) A concessão de asilo político é vedada pela Constituição Federal de 1988, por representar ingerência em assuntos internos de outros Estados.
- (C) A Constituição Federal de 1988 determina que o Brasil deve manter neutralidade absoluta em conflitos internacionais, independentemente de sua natureza.
- (D) A Constituição Federal de 1988 prevê que o Brasil deve buscar a integração econômica, política, social e cultural dos povos de todo o continente americano.
- (E) A cooperação entre os povos para o progresso da humanidade, prevista na Constituição Federal de 1988, impõe ao Brasil o dever de atuar em fóruns internacionais com vistas à promoção do desenvolvimento sustentável e à redução das desigualdades globais.

QUESTÃO 22



A Constituição Federal de 1988 consagra o direito de propriedade como um direito fundamental, previsto no artigo 5º, inciso XXII, e estabelece que a propriedade deve atender à sua função social (art. 5º, XXIII). A doutrina constitucional moderna destaca que o conceito constitucional de propriedade é mais amplo que o conceito civilista tradicional, abrangendo bens materiais e imateriais, valores patrimoniais e até direitos subjetivos públicos de caráter patrimonial. Além disso, a Constituição prevê hipóteses de desapropriação, limitações administrativas, tombamento, e outras formas de intervenção estatal na propriedade, sempre observando os princípios da proporcionalidade, da função social e da proteção ao núcleo essencial do direito. Com base nessas informações e no texto da Constituição Federal de 1988, na doutrina e na jurisprudência constitucional, assinale a opção correta.

- (A) A desapropriação por interesse social exige sempre o pagamento em dinheiro, independentemente da finalidade.
- (B) A função social da propriedade é um princípio meramente programático, sem eficácia jurídica imediata.
- (C) A proteção constitucional ao direito de propriedade impede que o legislador altere o regime jurídico de bens públicos, como os terrenos de marinha, por se tratar de cláusula pétrea.
- (D) A pequena propriedade rural em que trabalha a família, não será objeto de penhora para pagamento de débitos decorrentes de sua atividade produtiva, dispondo a lei sobre os meios de financiar o seu desenvolvimento.
- (E) A lei assegurará aos autores de inventos industriais o privilégio permanente e vitalício para sua utilização exclusiva.

QUESTÃO 23



A Constituição Federal de 1988 dedica dispositivos específicos ao Distrito Federal, reconhecendo sua natureza jurídica singular. Com base nessa informação e considerando a Constituição Federal de 1988, assinale a opção correta, acerca do Distrito Federal.

- (A) O Distrito Federal possui autonomia limitada, estando subordinado diretamente ao governo federal em todas as matérias administrativas.
- (B) O Distrito Federal pode ser dividido em municípios, desde que haja autorização por lei complementar federal.
- (C) O Distrito Federal rege-se por lei orgânica, aprovada pela Câmara Legislativa por dois terços e em dois turnos, e não por Constituição própria.
- (D) O Distrito Federal não possui Tribunal de Contas próprio, sendo fiscalizado exclusivamente pelo Tribunal de Contas da União.
- (E) O Distrito Federal está impedido de instituir taxas, pois não possui competência municipal.

QUESTÃO 24



O Poder Legislativo é exercido pelo Congresso Nacional, composto da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. A partir dessa informação e acerca das imunidades parlamentares e das competências do Poder Legislativo, assinale a opção correta, à luz do texto da Constituição Federal de 1988.

- (A) A Câmara dos Deputados julga o Presidente da República nos crimes de responsabilidade.
- (B) As comissões permanentes do Congresso Nacional não possuem competência deliberativa, apenas consultiva.
- (C) A imunidade parlamentar impede que deputados e senadores sejam investigados por fatos ocorridos fora do exercício do mandato.
- (D) O Congresso Nacional pode sustar atos normativos do Executivo que exorbitem do poder regulamentar.
- (E) O Congresso Nacional pode revogar decisões do TCU que envolvam julgamento de contas de administradores públicos.

QUESTÃO 25



A ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social. Considerando essa informação e as regras constitucionais para atuação do Estado na economia, inclusive para fins de proteção ambiental, assinale a opção correta.

- (A) É constitucional lei municipal que obriga à substituição de sacos e sacolas plásticos por sacos e sacolas biodegradáveis.
- (B) A Constituição Federal de 1988 proíbe o uso de tributos como instrumento de proteção ambiental.
- (C) A exploração mineral em terras indígenas independe de autorização legislativa.
- (D) A exploração direta de atividade econômica pelo Estado só será permitida quando necessária à defesa nacional.
- (E) Dependerá de autorização legislativa ou de concessão para se realizar o aproveitamento do potencial de energia renovável de capacidade reduzida.

QUESTÃO 26



O regime jurídico-administrativo é o conjunto de princípios e normas que conferem identidade ao direito administrativo, distinguindo-o dos demais ramos do direito. Com base nessa informação, assinale a opção correta.

- (A) O princípio da moralidade não possui força normativa, sendo apenas uma recomendação ética para os agentes públicos.
- (B) A publicidade, além de condição de eficácia dos atos administrativos, constitui instrumento de controle social e garantia de transparência, sendo sua violação passível de enquadramento como ato de improbidade administrativa.
- (C) A impessoalidade permite que a autoridade pública utilize sua imagem em campanhas institucionais, ainda que para promoção pessoal, desde que o conteúdo seja informativo e não contenha elogios explícitos.
- (D) O princípio da razoabilidade é uma norma a ser empregada exclusivamente pela autoridade administrativa, não podendo ser empregado pelo Poder Judiciário para valorar atos do Poder Público.
- (E) A supremacia do interesse público é um princípio expresso na Constituição Federal de 1988.

QUESTÃO 27



A organização administrativa brasileira é estruturada em Administração Direta e administração indireta, que se articulam por meio dos mecanismos de centralização, descentralização, concentração e desconcentração. Com base nessa informação, assinale a opção correta.

- (A) As empresas públicas e sociedades de economia mista são criadas por lei específica.
- (B) A Administração Direta é composta por órgãos dotados de personalidade jurídica própria.
- (C) A autarquia é uma entidade da Administração Direta com autonomia financeira.
- (D) A descentralização administrativa por colaboração transfere a titularidade do serviço público à entidade privada contratada.
- (E) A administração indireta é formada por entidades criadas ou autorizadas por lei, com personalidade jurídica própria, que desempenham funções administrativas específicas, sob controle finalístico do ente que as instituiu.

QUESTÃO 28



No âmbito da Administração Pública, os controles interno e externo são instrumentos essenciais para garantir a conformidade dos atos administrativos com os princípios constitucionais, como legalidade, moralidade e eficiência. A compreensão das competências, dos limites e das formas de atuação desses controles é fundamental para o exercício da função pública e para a fiscalização da gestão administrativa. Com base nessa informação, assinale a opção correta.

- (A) O TCU possui competência para fiscalização em relação a determinadas atividades das entidades fechadas de previdência complementar patrocinadas por entidades federais.
- (B) O controle externo não pode ser exercido pelo Poder Legislativo, pois este não possui competência fiscalizatória sobre os atos administrativos.
- (C) O controle externo é incompatível com a autonomia dos entes federativos.
- (D) O TCU é um órgão do Poder Judiciário responsável por julgar os atos administrativos da União.
- (E) Os ministros do TCU são escolhidos exclusivamente por concurso público, sendo vedada qualquer forma de nomeação política ou indicação por autoridades dos Poderes Executivo e Legislativo.

QUESTÃO 29



A Administração Pública iniciou um processo licitatório para aquisição de material de expediente, considerados bens comuns. Após a fase preparatória, a autoridade competente decidiu inverter as fases, realizando primeiro a habilitação dos licitantes e depois a fase de lances e o respectivo julgamento das propostas.

Com base nessa situação hipotética, é correto afirmar que, à luz da Lei nº 14.133/2021, essa inversão

- (A) é vedada, pois a ordem das fases estabelecida na lei não admite inversão.
- (B) é permitida apenas na modalidade de pregão.
- (C) é permitida desde que prevista no edital e mediante ato motivado com explicitação dos benefícios decorrentes.
- (D) só é admitida com autorização do Tribunal de Contas responsável pela fiscalização.
- (E) é admitida e o prazo para recorrer nessa situação inicia-se com a adjudicação.

QUESTÃO 30



Um município pretendia contratar empresa para fornecimento de medicamentos em situação emergencial decorrente de calamidade pública, devidamente caracterizada. O valor estimado da contratação era de R\$ 1.000.000.

Com base nessa situação hipotética e considerando as regras estabelecidas na Lei nº 14.133/2021, é correto afirmar que essa contratação

- (A) deve ocorrer por meio de licitação, exclusivamente na modalidade de concorrência, com o critério de julgamento de técnica e preço.
- (B) poderá ser direta, por meio de dispensa de licitação.
- (C) trata de hipótese de inexigibilidade de licitação.
- (D) poderá ocorrer por dispensa de licitação se o valor da contratação for inferior a R\$ 50.000.
- (E) deve ocorrer por meio de pregão e o critério de julgamento deve ser o de maior desconto.

QUESTÃO 31



Os contratos administrativos firmados pela Administração Pública estão sujeitos a um regime jurídico próprio, que inclui prerrogativas e sanções específicas para garantir a execução adequada e proteger o interesse público. A Lei nº 14.133/2021 disciplina as penalidades aplicáveis ao contratado em caso de inadimplemento, prevendo hipóteses, limites e consequências que exigem interpretação cuidadosa. Considerando essas informações e as normas legais a respeito das sanções e multas, assinale a opção correta.

- (A) O impedimento de licitar e contratar tem alcance nacional e dura até seis anos.
- (B) O atraso injustificado na execução contratual sujeita o contratado à multa de mora, que pode ser convertida em compensatória com extinção unilateral do contrato e aplicação cumulada de outras sanções.
- (C) A reabilitação pode ser concedida apenas com o decurso do prazo mínimo, independentemente de reparação integral do dano e pagamento da multa.
- (D) As sanções administrativas não se submetem à prescrição e podem ser impostas a qualquer tempo.
- (E) Mesmo havendo valores a serem pagos ao contratado, a Administração deve executar a garantia de imediato para satisfazer multa e indenizações.

QUESTÃO 32



Um determinado cidadão, no gozo de todos os seus direitos civis, adquiriu um *smartphone* em uma loja física de uma grande operadora de telefonia. Após três dias de uso, o aparelho superaqueceu e incendiou, causando queimaduras, inclusive com necessidade de internação médica, e a perda do aparelho. O cidadão buscou o Poder Judiciário, promovendo uma ação perante o juizado especial cível.

Com base nessa situação hipotética e considerando as normas de regência quanto a esse tema, assinale a opção correta.

- (A) No juizado especial cível, a representação por advogado é obrigatória, qualquer que seja o valor da causa.
- (B) No procedimento referido, o prazo para contestação é de cinco dias úteis.
- (C) Nos juzizados especiais, é vedada qualquer prova pericial, o que desloca toda causa com necessidade técnica para a Justiça comum.
- (D) Atendidos os requisitos legais, o juizado especial cível pode conceder tutela de urgência, em caráter antecedente.
- (E) O acesso ao juizado especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas.

QUESTÃO 33



Acerca das obrigações previstas no Código Civil brasileiro, assinale a opção correta.

- (A) Na obrigação de dar coisa certa, se perdida a coisa sem culpa do devedor, antes da tradição, o devedor responde pelo equivalente e perdas e danos.
- (B) Na obrigação alternativa, a escolha da prestação cabe sempre ao credor.
- (C) O devedor solidário que paga a dívida não tem direito de regresso contra os demais.
- (D) A consignação em pagamento só é cabível quando o credor recusa injustificadamente receber.
- (E) O credor não é obrigado a receber prestação diversa da que lhe é devida, ainda que ela seja mais valiosa.

QUESTÃO 34

Imunidades tributárias representam um dos pilares do sistema constitucional brasileiro, assegurando espaços de liberdade e proteção contra a tributação excessiva. Elas não são meras isenções, mas verdadeiras garantias constitucionais que preservam valores fundamentais, como a liberdade religiosa, a educação, a cultura e a livre manifestação do pensamento. Ao limitar a competência tributária, o Estado reconhece que certos bens e atividades transcendem a lógica arrecadatória, resguardando direitos e promovendo justiça fiscal. Com base nessas informações e nas limitações constitucionais e legais ao poder de tributar, assinale a opção correta.

- (A) A imunidade religiosa não abrange as organizações assistenciais e beneficentes das entidades religiosas.
- (B) Partidos políticos e suas fundações gozam de imunidade tributária apenas quanto ao imposto sobre renda, não abrangendo patrimônio nem serviços.
- (C) A imunidade tributária para livros, jornais e periódicos não se estende ao papel destinado à sua impressão.
- (D) Não incide o ICMS sobre o serviço de transporte de encomendas realizado pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT.
- (E) É vedado à União instituir isenções de tributos da competência dos Estados, sendo possível em relação aos tributos dos Municípios.

QUESTÃO 35

A negociação coletiva é um dos pilares do direito do trabalho, permitindo que sindicatos e empresas ajustem condições específicas para atender às peculiaridades de cada setor. A Reforma Trabalhista reforçou essa autonomia, introduzindo hipóteses em que o negociado prevalece sobre o legislado, mas também fixou limites intransponíveis para proteção de direitos fundamentais. Com base nessas informações e na CLT, assinale a opção correta.

- (A) A convenção coletiva pode estabelecer redução do valor dos depósitos mensais e da indenização rescisória do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).
- (B) É permitido estipular duração de convenção coletiva ou acordo coletivo de trabalho de três anos.
- (C) Os sindicatos subscritores de convenção coletiva deverão participar, como litisconsortes necessários, em ação individual ou coletiva, que tenha como objeto a anulação de suas cláusulas.
- (D) As condições estabelecidas em convenção coletiva de trabalho prevalecerão sobre as estipuladas em acordo coletivo de trabalho.
- (E) As controvérsias resultantes da aplicação de convenção ou de acordo serão dirimidas pela justiça comum.

QUESTÃO 36

De acordo com o Código de Ética e Disciplina da OAB, Lei Federal nº 8.906/1994, assinale a opção correta, quanto aos direitos do advogado.

- (A) Comunicar-se com seus clientes, pessoal e reservadamente, mesmo sem procuração, quando estes se acharem presos, detidos ou recolhidos em estabelecimentos civis ou militares, ainda que considerados incomunicáveis.
- (B) A inviolabilidade de seu escritório ou local de trabalho, ainda que sem relação com o exercício da advocacia.
- (C) examinar, em qualquer órgão dos Poderes Judiciário E Legislativo, ou da Administração Pública em geral, autos de processos findos ou em andamento, mesmo quando estiverem sujeitos a sigilo ou segredo de justiça.
- (D) O uso e controle da salas especiais em fóruns é assegurado a advogados e à OAB.
- (E) A reserva de vaga em garagens, se for gestante, dos fóruns dos tribunais, exceto no período de amamentação.

QUESTÃO 37

Compete aos Conselhos Regionais dos Representantes Comerciais apurar as faltas e punir disciplinarmente os representantes comerciais, na forma de seu Código de Ética e Disciplina. A partir dessa informação, assinale a opção correta, acerca do processo disciplinar no âmbito dos referidos Conselhos.

- (A) As infrações disciplinares serão apuradas em processo judicial, com a presença de advogado.
- (B) Quando ao representante comercial se imputar crime, praticado no exercício da profissão, não haverá procedimento ético, devendo-se a representação ou a denúncia ser encaminhada ao Ministério Público.
- (C) O voto do relator é vinculativo.
- (D) No processo disciplinar, não se admite perícia técnica.
- (E) A decisão condenatória de que não caiba mais recursos que aplicar a penalidade de cancelamento do registro será comunicada a todos os Conselhos Regionais do território nacional.

QUESTÃO 38



Na forma definida na Lei nº 4.886/1965, exerce a representação comercial autônoma

- (A) somente a pessoa física que desempenha, em caráter não eventual, a mediação para a realização de negócios mercantis.
- (B) pessoa celetista que desempenha, em caráter não eventual, a mediação para a realização de negócios mercantis.
- (C) pessoa jurídica ou a pessoa física, sem relação de emprego, que desempenha, em caráter não eventual, a mediação para a realização de negócios mercantis.
- (D) pessoa jurídica, desde que na forma de sociedade anônima, ou a pessoa física, sem relação de emprego, que desempenha, em caráter não eventual, a mediação para a realização de negócios mercantis.
- (E) pessoa física que desempenha, em caráter não eventual, a mediação para a realização de negócios mercantis, desde que não seja estrangeiro.

QUESTÃO 39



Em relação aos mandatos dos conselheiros e da composição dos Conselhos Regionais dos Representantes Comerciais, expressos na Lei Federal nº 4.886/1965, assinale a opção correta.

- (A) O presidente dos Conselhos Regionais têm direito a voto, inclusive de qualidade, em caso de empate.
- (B) Os mandatos dos membros do Conselho Federal e dos Conselhos Regionais serão de cinco anos.
- (C) Os conselheiros devem receber remuneração pela atuação nos Conselhos.
- (D) Os Conselhos Regionais terão no máximo 20 membros.
- (E) O tesoureiro não necessita residir na localidade em que estiver sediado o respectivo Conselho.

QUESTÃO 40



Em relação aos contratos e às remunerações para representação comercial, assinale a opção correta.

- (A) A cláusula de exclusividade na zona geográfica é obrigatória nos contratos de representação comercial.
- (B) O contrato de representação comercial deve ter prazo certo.
- (C) A exclusividade de representação comercial é presumida.
- (D) O contrato de representação comercial não admite cláusulas *del credere*.
- (E) A jurisprudência dos Tribunais Superiores admite a inclusão de cláusula *del credere* nos contratos de agência ou de distribuição por aproximação.



RASCUNHO

PROVA DISCURSIVA

- Nesta prova, faça o que se pede, usando, caso deseje, o espaço para rascunho indicado no presente caderno de prova. Em seguida, transcreva o texto para a respectiva **folha de respostas** da prova discursiva, no local apropriado, pois não serão avaliados fragmentos de texto escritos em locais indevidos.
- O texto da prova discursiva deverá ter extensão mínima de **20 linhas** e extensão máxima de **30 linhas**. Qualquer fragmento de texto que ultrapassar a extensão máxima de linhas será desconsiderado. Também será desconsiderado o texto que não for escrito na **folha de respostas**.
- O texto da prova discursiva deverá ter início na linha identificada com o número 1 na **folha de respostas**.
- O texto deverá ser manuscrito, em letra legível, com caneta esferográfica de tinta **preta** ou **azul**. Em caso de rasura, passe um traço sobre o conteúdo a ser desconsiderado e prossiga o registro na sequência. Não será permitido o uso de corretivo.
- A **folha de respostas** da prova discursiva não poderá ser assinada, rubricada nem conter nenhuma palavra ou marca que identifique o candidato, sob pena de anulação da prova. Será admitida a assinatura apenas no campo apropriado.
- A **folha de respostas** será o único documento válido para avaliação da prova discursiva. A folha para rascunho neste caderno de prova é de preenchimento facultativo e não servirá para avaliação.

A responsabilidade civil do Estado é uma consequência lógica do próprio Estado de Direito. O cidadão não pode recusar a presença do Estado em sua vida, e, assim, deve ser protegido contra os danos que essa atuação possa causar.

Fonte: MARINELA, Fernanda. **Manual de direito administrativo** (com adaptações).

Considerando que o texto acima tenha caráter exclusivamente motivador, redija um texto dissertativo acerca do tema a seguir.

A responsabilidade civil do Estado

Ao elaborar seu texto, aborde, necessariamente, os seguintes aspectos:

- a) fundamentos jurídicos da responsabilidade civil do Estado;
- b) teoria do risco administrativo; e
- c) aplicação prática da responsabilidade objetiva e subjetiva nas condutas comissivas e omissivas.